



06 DE FEVEREIRO DE 2019

Quarta-feira

- **CURSO: FUNDAMENTOS DA INDÚSTRIA 4.0**
- **CONFIANÇA DE EMPRESÁRIOS SOBE EM DEZEMBRO PARA MAIOR NÍVEL DESDE 2014, DIZ ABRAS**
- **CRISE INTENSIFICOU REALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DA INDÚSTRIA PARA OS SERVIÇOS**
- **PARA INDÚSTRIA BRASILEIRA, REFORMAS DEVEM SER PRIORIDADE DO CONGRESSO NACIONAL EM 2019**
- **ARTIGO: O QUE DETEVE A INDÚSTRIA?**
- **BOA VISTA: PEDIDOS DE FALÊNCIA AUMENTAM 10,3% EM JANEIRO**
- **ITAÚ PROJETA MELHORA DE INADIMPLÊNCIA E CRÉDITO PARA CONSUMIDORES E PMES**
- **PARA AGÊNCIA S&P, CÉTICISMO E ESPERANÇA DEFINEM MOMENTO ECONÔMICO DO BRASIL**
- **5 MOTIVOS PARA O BRASIL FAZER A REFORMA DA PREVIDÊNCIA**
- **STF DÁ 3 DIAS PARA PGR E AGU SE MANIFESTAREM SOBRE EXTINÇÃO DA PASTA DO TRABALHO**
- **TRANSIÇÃO POR PONTOS DÁ DESCONTO NA IDADE QUANTO MAIOR FOR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**
- **AFASTAMENTOS DE TRABALHADORES POR DOENÇA AUMENTAM 6% EM 2018**
- **BOLSONARO E GUEDES DIVERGEM SOBRE IDADE MÍNIMA IGUAL ENTRE HOMENS E MULHERES, DIZ MOURÃO**
- **MOURÃO DIZ QUE GUEDES QUER MESMA IDADE PARA APOSENTADORIA DE HOMENS E MULHERES**
- **MAIA DIZ APOIAR REFORMA, MAS ALERTA SOBRE VOTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAÇÃO**

- SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL CRESCE EM JANEIRO COM NOVOS NEGÓCIOS ATINGINDO PICO EM 6 ANOS, MOSTRA PMI
- PIB DA CONSTRUÇÃO CIVIL DEVE CRESCER 2% EM 2019, DIZ SINDUSCON-SP
- FENABRAVE: FINANCIAMENTO APROVADO SUBIU PARA 6 A CADA 10 PEDIDOS
- CONCESSIONÁRIAS PREVEEM AUMENTO DE 10% NAS VENDAS DE CARROS EM 2019
- GM CORTA 4.000 FUNCIONÁRIOS NA RODADA MAIS RECENTE DE REESTRUTURAÇÃO
- GM PERDE MERCADO, MAS MANTÉM LIDERANÇA COM AJUDA DE CARROS PRODUZIDOS FORA DE SP
- GM PROPÕE REAJUSTE ZERO EM 2019 EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
- PETROBRAS ELEVA EM 0,59% PREÇO MÉDIO DA GASOLINA NAS REFINARIAS, PARA R\$ 1,5079
- BRASIL VAI BUSCAR COMPENSAÇÕES DA UE POR SOBRETAXAS SOBRE IMPORTAÇÕES DE AÇO
- MERCEDES-BENZ LIDERA PESADOS E PROJETA EXPANSÃO ACIMA DO MERCADO EM 2019
- VENDAS POSITIVAS DE VEÍCULOS EM JANEIRO REFORÇAM PROJEÇÃO DA FENABRAVE PARA 2019
- USADOS: VENDAS FICAM ESTÁVEIS EM JANEIRO
- EMPLACAMENTOS DE VEÍCULOS PESADOS AVANÇAM 58% EM JANEIRO
- MOTOS VOLTAM A SUPERAR 90 MIL UNIDADES APÓS 33 MESES

CÂMBIO		
EM 06/02/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,702	3,702
Euro	4,213	4,215

Fonte: BACEN

Curso: Fundamentos da Indústria 4.0

06/02/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR



O movimento chamado de Indústria 4.0 é reconhecido como sendo a 4ª Revolução Industrial. Mais que um movimento revolucionário, é possível afirmar que a Indústria 4.0 é uma Arquitetura de Referência que prevê a utilização da automação industrial com integração horizontal e vertical da informação. Com isso, as empresas observarão um aumento da sua capacidade de resposta, eficiência e qualidade. Pensando em familiarizar os profissionais das empresas com as tendências e as tecnologias requeridas pela indústria 4.0, o SINDIMETAL/PR, em parceria com a PUCPR, oferece o curso com a seguinte programação:

Conteúdo Programático:

- I. Desmistificar a Indústria 4.0
- II. Introduzir a gestão da inovação e de tecnologias
- III. Apresentar o conceito de produto e produção inteligente
- IV. Apresentar os conceitos de cultura para inovação com foco na Indústria 4.0 *
- V. Apresentar o processo de transformação digital para a Indústria 4.0 *

* Esses módulos serão compostos, também, de palestras com players de referência no mercado.

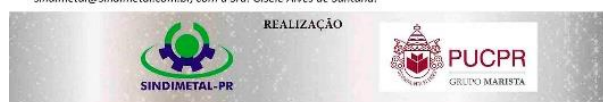
Investimento:

- | |
|--|
| 3 parcelas de R\$332,00 para inscrições até 14/12/2018 |
| 3 parcelas de R\$366,00 para inscrições até 31/01/2019 |
| 3 parcelas de R\$384,00 para inscrições até 28/02/2019 |

Valores exclusivos para empresas associadas

Carga horária 24h - (segundas, quartas e sextas-feiras, no horário das 18h20 às 22h30).
Incluso: Welcome Coffee, login e senha para acesso aos sistemas acadêmicos da PUCPR e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem BLACKBOARD; material didático online e certificação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná através da Escola Politécnica, como curso de extensão em Fundamentos da Indústria 4.0.

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Confiança de empresários sobe em dezembro para maior nível desde 2014, diz Abras

06/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-02-2019)

Empresários do setor de supermercados estão mais confiantes com as perspectivas para os negócios, segundo indicador da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e da GfK.

Numa escala de 0 a 100, o Índice de Confiança chegou a 61,5, superando o patamar dos últimos doze meses, período ao longo do qual o indicador oscilou entre 47 e 57 pontos. É o maior nível desde o início das medições, em 2014.

Segundo o presidente da Abras, João Sanzovo Neto, essa melhora de confiança já começa a refletir nos planos de investimento das redes varejistas.

Ele considera que os empresários estão “tirando da gaveta” os projetos de expansão que ficaram parados na crise. A entidade, no entanto, não tem um levantamento sobre abertura de novas lojas no ano.

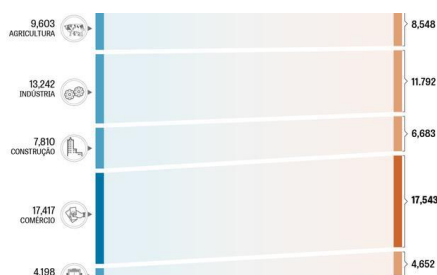
Sanzovo aponta ainda que a manutenção da confiança dos empresários vai depender da evolução no Congresso dos projetos de reforma, em especial a da Previdência.

Para o executivo, no entanto, o governo do presidente Jair Bolsonaro já deu uma demonstração de força junto ao Congresso na eleição do presidente do Senado.

Crise intensificou realocação de mão de obra da indústria para os serviços

06/02/2019 – Fonte: DCI

Processo já vinha ocorrendo antes da recessão, com a constante perda de participação industrial no PIB, mas tendência é que emprego formal volte a reagir, porém com os contratos mais flexíveis



A recessão econômica somente intensificou o processo de realocação de mão de obra da indústria para o comércio e os serviços, avalia a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Maria Andréa Parente.

Segundo ela, esse movimento já vinha ocorrendo antes mesmo do período de crise. O pico de maior participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) dos anos 2000 em diante, por exemplo, foi em 2004. Na época, o setor participava em 24% do indicador, percentual que recuou para 18,4%.

De 2014 para 2018, a indústria desempregou 1,450 milhões de pessoas (-10,9%, para 11,792 milhões de pessoas), mostram dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mesmo período, a mão de obra ocupada no comércio e reparação de veículos cresceu 0,7%, a 17,543 milhões (ou seja, 126 mil pessoas a mais).

Já o nível da ocupação nas atividades de alojamento e alimentação saltou 25,6% entre os anos de 2014 e 2018, para 5,316 milhões (+1,083 milhões de pessoas). A categoria de Outros Serviços avançou 15,2%, para 4,819 milhões (+635 mil).

“Esses dados mostram que houve uma intensificação do processo de realocação de mão de obra da indústria para as atividades de comércio e serviços”, reforça Parente.

A economista comenta que essa transformação já ocorreu em muitos países, principalmente os desenvolvidos, com a diferença de que, nestes, o processo de realocação ocorreu concomitantemente com a obtenção de uma renda per capita alta. “O que não é o mesmo caso do Brasil”, ressalta a especialista do Ipea.

Parente destaca que a realocação de trabalhadores se deu antes mesmo da indústria alcançar níveis mais elevados de competitividade, por meio do desenvolvimento tecnológico. “A indústria passa por uma desvantagem no mercado interno, ao competir com os importados, e no mercado externo, na disputa por novos compradores”, diz Parente.

A professora de economia da Fecap, Juliana Inhasz, acrescenta, por sua vez, que diante de uma perspectiva de um crescimento econômico maior este ano, a tendência é que a ocupação melhore em todos os setores, inclusive na indústria, além do emprego formal. “Inclusive, a alta da informalidade acompanhou a expansão da ocupação no comércio e nos serviços”, diz Inhasz.

Com a continuidade de recuperação gradual da economia e diante das novas regras da reforma trabalhista, a tendência é que o cenário mude: o emprego formal deve crescer, porém os contratos de trabalho serão mais flexíveis.

Renda menor

Por outro lado, com 12,836 milhões de desempregados no Brasil, as perspectivas para os ganhos de renda acima da inflação não são muito positivas. A pesquisadora do Ipea lembra, inclusive, que os salários das demissões ainda estão mais elevados do que o valor salarial da admissão. "Quando a taxa de desemprego é muito alta, os salários tendem a ser mais baixos", reforça Parente.

No comércio, o rendimento médio real (descontada a inflação) recebido no mês passou de R\$ 1.887 no quarto trimestre de 2014, para igual período de 2018, perda de 5,25%. Nas atividades de alojamento e alimentação, a renda real caiu 9,86%, para R\$ 1.462, enquanto em transportes o recuo foi de 9,86%, a R\$ 2.178. Na indústria, por sua vez, houve ganho de 2,72%, para R\$ 2.227.

O professor de economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Agostinho Pascalicchio, chama a atenção para o avanço da ocupação (+6,4%, para 16 milhões) e da renda mensal (+7,3%, para R\$ 3.353) na administração pública. Segundo ele, esse processo deve perder força, diante da expectativa de restrição de concursos públicos e corte de cargos.

Para indústria brasileira, reformas devem ser prioridade do Congresso Nacional em 2019

06/02/2019 – Fonte: CNI (publicado em 05-02-2019)

Na abertura do Seminário RedIndústria, vice-presidente-executivo da CNI, Paulo Afonso Ferreira, destacou mudanças na Previdência e no sistema tributário como essenciais para país superar entraves ao crescimento



"A rápida implementação de reformas capazes de fazer frente a esses problemas será determinante para que o atual governo e a atual legislatura sejam bem-sucedidos", disse o vice-presidente-executivo da CNI, Paulo Afonso Ferreira

O novo governo e a nova legislatura assumiram seus mandatos com o desafio de recuperar o equilíbrio das contas públicas e retomar o crescimento da economia. Para alcançar esses objetivos, as reformas tributária e da Previdência Social devem receber atenção especial do Congresso Nacional.

"A rápida implementação de reformas capazes de fazer frente a esses problemas, especialmente na questão fiscal, será determinante para que o atual governo e a atual legislatura sejam bem-sucedidos", disse o vice-presidente-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Afonso Ferreira.

O conjunto de prioridades do setor industrial para o desenvolvimento econômico e social do país começou a ser discutido, nesta terça-feira (5), no **Seminário RedIndústria**.

O evento reúne representantes das 27 federações estaduais das indústrias e de associações setoriais para discutir e acertar detalhes finais da **Agenda Legislativa da Indústria 2019**, documento que reúne as propostas prioritárias do setor no Congresso Nacional. Ao abrir o evento, Ferreira – que também é presidente do

Conselho de Assuntos Legislativos (CAL) da CNI – falou do apoio do setor à aprovação das reformas.

O dirigente lembrou do Previdenciômetro, lançado pela CNI em abril de 2018, e que mostra quanto o país teria economizado caso a reforma tivesse sido feita em julho do ano passado. Hospedada no Portal da Indústria, a ferramenta se aproxima da marca de R\$ 6 bilhões de gastos que poderiam ser evitados, o equivalente a R\$ 1,8 milhão por hora. “Com este valor seria suficiente para construir 240 novos hospitais, ou 4.000 km de estradas ou 95.204 novas moradias. A reforma é condição essencial para o saneamento fiscal da União, dos estados e dos municípios”, lembrou Ferreira.

INTERLOCUÇÃO – O presidente do CAL também falou da importância do diálogo transparente entre o Congresso Nacional e as representações da indústria brasileira, como a CNI e as federações e associações setoriais. Reconheceu, ainda, a aprovação pelo Legislativo de propostas importantes para a melhora do ambiente de negócios brasileiro e para a promoção da competitividade da indústria. Entre elas, citou o fim da participação mínima da Petrobras em leilões do pré-sal, o teto para crescimento do gasto público, a regulamentação da terceirização e a modernização das leis do trabalho.

O RedIndústria, nesse sentido, tem o papel de apontar as prioridades do setor industrial no Congresso Nacional entre propostas sintonizadas com os desafios atuais do país e com potencial para serem aprovadas por deputados federais e senadores.

Além disso, nos dois dias de debates do seminário, os cerca de 300 técnicos envolvidos debaterão cerca de 1 mil propostas acompanhadas pela indústria em tramitação no Congresso Nacional para definir a posição do setor, se convergente ou divergente. A Agenda Legislativa da Indústria deve ser apresentada à sociedade em 26 de março.

DEBATES - Marco do início do ano legislativa para a indústria brasileira, o Seminário RedIndústria também serve para que representantes e técnicos de entidades empresariais conheçam o cenário político e as oportunidades para o avanço de propostas prioritárias do setor produtivo.

Nesse sentido, o evento também promove um debate com parlamentares da base aliada e da oposição para que façam uma avaliação da agenda legislativa no ano. Nesta edição, participam os senadores Jorginho Mello (PR-SC) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e os deputados André Figueiredo (PDT-CE) e Heitor Freire (PSL-CE).

Artigo: O que deteve a indústria?

06/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

A crise argentina estagnou a produção manufatureira na segunda metade de 2018

Apesar de o crescimento do PIB no ano passado ter ficado provavelmente um pouco acima do registrado no anterior, o desempenho da indústria piorou: em 2017, a produção da indústria de transformação crescera 2,2%; em 2018, apenas 1,1%. Trata-se de um resultado decepcionante e, além disso, surpreendente à luz de outros indicadores.

As vendas no varejo, por exemplo, cujos números finais serão divulgados na próxima semana, devem ter crescido ao redor de 5,5% no ano passado (já descontada a inflação), ritmo que, sem ser extraordinário, não apenas é razoável como representa aceleração modesta na comparação com 2017 (quando aumentaram 4%).

Já os dados de contas nacionais, a despeito da defasagem de divulgação (referentes ao terceiro trimestre de 2018), também mostram aceleração da demanda interna, tanto do consumo quanto do investimento, até um pouco mais forte neste último.

A vilã tampouco parece ter sido a greve dos caminhoneiros. Embora tenha causado forte queda da produção daquele mês, nos meses imediatamente posteriores observamos a recuperação dos níveis registrados antes do evento, sugerindo que se tratou de fenômeno transitório, portanto insuficiente para explicar a perda de fôlego do setor, que se manifestou de maneira mais clara na segunda metade do ano.

Ocorre que, ao contrário do conjunto da economia, bastante fechada ao comércio internacional (exportações e importações equivalem cada uma a cerca de 13% do PIB), o setor industrial é mais sensível aos fluxos de comércio.

As exportações, por exemplo, de produtos manufaturados equivalem a cerca de 40% do PIB da indústria de transformação, sugerindo que suas alterações podem ter efeitos maiores no setor do que no caso da economia como um todo.

Em particular, as exportações para a Argentina, destino de algo como 20% das vendas brasileiras de manufaturados, têm flutuado há anos no intervalo de 6% a 8% do PIB da indústria de transformação, atingindo sua maior participação, 8,3%, precisamente no segundo trimestre do ano passado. De lá para cá, contudo, o quadro mudou drasticamente.

Com a recessão que assola o país vizinho, houve queda próxima a 30% das importações argentinas, de US\$ 6,2 bilhões em maio para US\$ 4,3 bilhões em dezembro. No mesmo período, medidas em dólares, as exportações brasileiras para lá caíram 47%.

Convertendo para a nossa moeda e ajustando à inflação (e ao padrão sazonal), estimamos que o valor em reais das exportações de produtos manufaturados para a Argentina caiu 42% entre o segundo e o último trimestre de 2018.

Ponderado pelo seu peso no PIB do setor, o impacto dessa queda implicaria redução da ordem de 3% no valor adicionado pela indústria. Posto de outra forma, enquanto a demanda interna impulsionou a produção local, a redução das exportações para a Argentina teve efeito oposto.

O resultado final foi a virtual estagnação da produção manufatureira na segunda metade de 2018, o que trouxe a taxa de crescimento em 12 meses da produção de 3,5% a 4,0% em meados do ano passado para os referidos 1,1%.

Houve, portanto, queda significativa da demanda externa, com impacto mais agudo sobre a indústria. Assim, a demanda interna pode acelerar para compensar, o que significa, na prática, um período mais longo de estabilidade da taxa de juros, no mínimo até o fim de 2019. Como se vê, a dinâmica da indústria depende de muito mais do que da mítica "taxa de câmbio de equilíbrio industrial".

Alexandre Schwartsman - Consultor, ex-diretor do Banco Central (2003-2006). É doutor pela Universidade da Califórnia em Berkeley.

Boa Vista: pedidos de falência aumentam 10,3% em janeiro

06/02/2019 – Fonte: DCI

Os pedidos de falência avançaram 10,3% e as falências decretadas cresceram 46,9% em janeiro de 2019 no confronto com dezembro do ano passado, segundo levantamento da Boa Vista divulgado ontem. Os pedidos de falência no País tiveram

queda de 14,5% no acumulado de 12 meses até janeiro, conforme dados da série da Boa Vista.

Já as falências decretadas registraram alta de 1,3%, enquanto os pedidos de recuperação judicial subiram 2,8% e as recuperações judiciais deferidas, 3,5%, no período avaliado.

Na comparação mensal, em janeiro, em contrapartida, foram registraram quedas os pedidos de recuperação judicial, de 43,7%, e recuperações judiciais deferidas, de 56,8%

Avaliação sobre 12 meses

De acordo com a equipe econômica da Boa Vista, o declínio registrado nos pedidos na comparação em 12 meses reflete a melhora nas condições econômicas desde o ano passado, que permitiu às empresas apresentarem sinais mais sólidos nos indicadores de solvência.

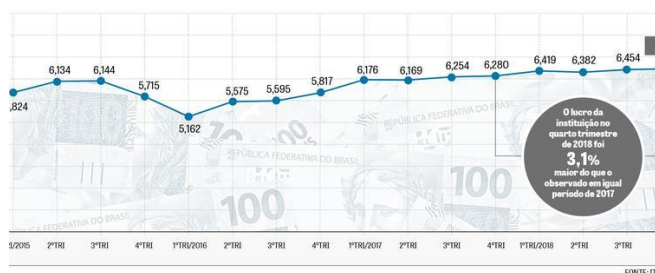
“A continuidade desse recuo dependerá de uma retomada mais acelerada da atividade econômica nos próximos períodos.”

Itaú projeta melhora de inadimplência e crédito para consumidores e PMEs

06/02/2019 – Fonte: DCI

O presidente do banco reforça, no entanto, que o cenário de recuperação desses mercados só será visto quando as questões reforma da Previdência e da estabilidade fiscal ficarem mais claras

IOS Lucro líquido recorrente do banco Itaú • Em bilhões de R\$



O Itaú Unibanco projeta maior demanda por crédito e melhora na inadimplência de pessoas físicas e pequenas e médias empresas (PMEs). O movimento, porém, só se intensificará conforme a aprovação da reforma da Previdência pelo novo governo.

A carteira de crédito do Itaú no mercado Brasil registrou R\$ 473,8 bilhões no último trimestre de 2018. O valor representa um aumento de 4,2% em comparação a iguais meses do ano anterior, quando foi de R\$ 454,5 bilhões.

A alta veio puxada pelos empréstimos às pessoas físicas e PMEs que, juntas, marcaram volume de R\$ 282,1 bilhões no período, alta de 11,3% na mesma comparação (R\$ 253,4 bilhões).

“A tendência de cada uma dessas linhas é de melhora na inadimplência, sempre imaginando que a reforma [da Previdência] será aprovada e que haverá crescente demanda por produtos e maior otimismo”, comenta o presidente do banco privado, Candido Bracher e reitera que o mesmo é esperado para a carteira de grandes companhias.

No quarto trimestre, o segmento Corporate do Itaú registrou uma queda de 4,7% em relação aos últimos três meses de 2017, de R\$ 201,1 bilhões para R\$ 191,6 bilhões. O recuo foi puxado pela retração de 7,1% observado nas operações de crédito do

período (de R\$ 165,1 bilhões para R\$ 153,3 bilhões). Os processos com títulos privados avançaram 6,5% no mesmo período de comparação, de R\$ 36 bilhões para R\$ 38,3 bilhões.

“A demanda nas grandes empresas já tem melhorado, mas só vai engatar mais quando as questões da reforma e sobre a estabilidade fiscal estiverem mais claras”, explica Bracher. “Mas não sei dizer o quanto isso refletirá no crédito, já que o mercado de capitais continuará muito atraente para essa demanda”, completa.

Nesse sentido, porém, o custo de crédito do Itaú ficou em R\$ 3,415 bilhões no quarto trimestre de 2018. O valor é uma retração de 19,8% em relação ao mesmo período de 2017 (R\$ 4,257 bilhões), mas é uma alta de 4,7% frente os três meses anteriores (R\$ 3,263 bilhões).

Bracher explica que a alta vem em resposta à “mudança no mix de ofertas para produtos de maior risco” e também pelos avanços vistos nas carteiras de pessoas físicas e pequenas e médias empresas. “Além disso, se um cenário econômico mais estável se refletir na inadimplência, os *spreads* podem se manter estáveis ao longo de 2019”, afirma.

Receitas com serviços

Dentre os principais progressos observados no resultado, no entanto, o diretor-executivo de relações com investidores do Itaú, Aleksandro Broedel ressalta as receitas com prestação de serviços como destaque no lucro líquido recorrente da instituição financeira.

Essas receitas alcançaram os R\$ 10,782 bilhões no trimestre passado, um ganho de 6,2% ante mesmo intervalo de 2017 (R\$ 10,486 bilhões). No Brasil, porém, o avanço visto no segmento em 2018 (+5,5%, para R\$ 41,436 bilhões no total do ano) ficou abaixo do guidance projetado pelo banco, que estava entre 6,5% e 9,5%.

Para 2019, o banco espera altas entre 8% e 11% para a carteira de crédito total, custo de crédito entre R\$ 12,5 bilhões e R\$ 15,50 bilhões e receitas com serviços com crescimento entre 3% e 6%. Ao final do pregão de ontem, a ação PN do banco privado estava entre as maiores quedas do Ibovespa com recuo de 4,26%, cotada em R\$ 38,00.

Para agência S&P, ceticismo e esperança definem momento econômico do Brasil

06/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-02-2019)

Agência projeta um crescimento de 2,4% do PIB brasileiro neste ano

Uma mistura de ceticismo com a capacidade do governo Jair Bolsonaro (PSL) de implementar suas políticas e a esperança de que, se isso ocorrer, a situação fiscal do país vai melhorar consideravelmente resumem a avaliação da agência de risco S&P Global Ratings sobre o Brasil neste momento.

Em conferência pela internet nesta terça-feira (5) sobre perspectivas para notas de crédito globais, a agência advertiu para o atual cenário no Brasil, que mescla oportunidades com a inclinação mais pró-mercado do governo, mas desafios antigos, como a necessidade de conciliação com o Congresso para aprovar as pautas da equipe econômica, como a reforma da Previdência.

Na avaliação de Joydeep Mukherji, diretor responsável pelos ratings de América Latina, a habilidade de negociação do governo e a adoção de medidas que tenham impacto no médio prazo –em três a cinco anos– são praticamente pré-condições para um aumento da nota de crédito do país.

Na S&P, o Brasil atualmente tem nota BB-, o que o coloca no grupo de países considerados especulativos, ou seja, com dificuldade de pagar sua dívida.

“Temos alta esperança e ceticismo”, resumiu. Na avaliação dele, a sinalização do governo e da equipe econômica é boa, na direção de medidas que aumentariam o papel do setor privado e diminuiriam o do estado, como privatização de ativos. “Basicamente impulsionariam a taxa de crescimento do país. Isso levanta muita esperança. Mas é difícil de fazer, embora talvez seja mais fácil de fazer do que outros desafios, que têm a ver com finanças públicas”, reconheceu.

Para uma mudança de rating, afirmou, a agência olha para as duas questões, a perspectiva de crescimento para o país e o perfil da dívida. “É aí que o ceticismo entra, porque não é fácil fazer uma reforma da Previdência em nenhum lugar do mundo. Pode ser fácil fazer uma reforma, mas essa reforma vai ser substancial o suficiente que vai dar não só benefícios no longo prazo, mas no médio prazo, nos próximos três a cinco anos?”

Ele lembrou o teto que limita os gastos do país, e afirmou que será difícil manter os gastos dentro desses limites a menos que o governo enfrente o crescimento dos gastos, que é o sistema de Previdência.

Por causa dessa incerteza, a S&P prefere adotar uma postura mais cautelosa. “Vamos ver quando a reforma passa, porque vem sendo discutida há muito tempo, e quão profunda vai ser, porque você está mexendo na poupança de aposentadoria de muitos grupos diferentes que têm muita capacidade de resistir”, ressaltou.

Mukherji disse que, por isso, a capacidade de articulação do governo será fundamental. “São assuntos difíceis de resolver, não são ideológicos, em que se você tiver uma mudança de orientação do presidente, eles vão ser resolvidos. Não, tem que ser negociados e implementados”, afirmou.

“O Congresso brasileiro tem muitos partidos, nenhum deles próximo de ter maioria. Independentemente da ideologia do presidente, requer muito trabalho para construir coalizão. É o que estamos olhando.”

O que importa para a agência, resumiu, é quão bem o governo vai conseguir executar as medidas, quanto tempo vai demorar para elas serem implementadas e quando elas vão começar a se refletir nos números que a S&P olha, como uma proporção estável da dívida em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) e uma taxa de crescimento estável para recuperar o desempenho ruim no passado. “Ceticismo e esperança são palavras certas aplicadas ao Brasil agora.”

A agência projeta um crescimento de 2,4% do PIB brasileiro neste ano, um ponto percentual acima da expansão de 2018.

5 motivos para o Brasil fazer a Reforma da Previdência

06/02/2019 – Fonte: CNI

5 motivos para o Brasil fazer a Reforma da Previdência

Quanto mais o país adia as mudanças no sistema de aposentadorias, maiores são os prejuízos para a população

Nos próximos dias, o governo deve apresentar ao Congresso Nacional uma nova proposta de reforma da Previdência. A expectativa é que as mudanças sejam aprovadas ainda no primeiro semestre deste ano. A urgência se justifica: quanto mais o país adia a reforma, maiores são os custos para a população. Só no ano passado, o

rombo nas contas da Previdência atingiu R\$ 290,3 bilhões, valor 8% superior ao de 2017, sem considerar a inflação.

Se o Brasil tivesse feito a reforma em junho de 2017, teria economizado até a terça-feira, 5 de fevereiro, mais de R\$ 6,2 bilhões, o que contribuiria para reduzir o rombo das contas públicas e abriria espaço para investimentos em outras áreas. Com a economia, seria possível, por exemplo, construir 1.497 escolas, 249 hospitais ou, ainda, 98.845 moradias populares, *informa o **Previdenciômetro**, ferramenta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) atualizada a cada segundo e que mostra ao país a importância da reforma.*



Para a CNI, as mudanças na Previdência são cruciais para garantir o equilíbrio das contas públicas, assegurar o pagamento das aposentadorias no futuro e promover o crescimento da economia e a criação de empregos. Veja 5 motivos que tornam a reforma da Previdência inadiável:

1. A população envelhece rapidamente

Com o aumento da expectativa de vida e a queda da taxa de fecundidade, a população brasileira está envelhecendo muito rapidamente e, em pouco tempo, haverá mais pessoas recebendo benefícios do que contribuindo com a Previdência. Isso inviabilizará o sistema e ameaçará o pagamento das pensões e aposentadorias.

Cálculos do governo mostram que, em 2016, 52,1 milhões de brasileiros contribuíram para a Previdência e havia 33,2 milhões de aposentados. Para cada pessoa que recebia a aposentadoria, havia pouco mais de 1,5 contribuinte.

Mas as projeções indicam que, sem a reforma da Previdência, em 2050, o número de contribuintes cairá para 43,9 milhões de pessoas e haverá 61 milhões de aposentados. Ou seja, haverá mais pessoas recebendo aposentadorias do que contribuindo com a Previdência.

2. Os brasileiros se aposentam cedo

A expectativa de vida no Brasil subiu de 69,8 anos, em 2000, para 76 anos, em 2017, informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo com o envelhecimento acelerado da população, os brasileiros se aposentam mais cedo que nos demais países. Por aqui, a idade média de aposentadoria dos trabalhadores homens da iniciativa privada é de 59,4 anos. No Chile, é de 70,9 anos e, no México, de 72 anos.

3. O rombo nas contas não para de crescer

Com o rápido envelhecimento da população, o dinheiro arrecadado dos contribuintes é insuficiente para cobrir os gastos com o pagamento das aposentadorias e pensões. Em 2018, o déficit da Previdência Social somou R\$ 290,3 bilhões.

4. Os gastos se multiplicam

Os gastos com Previdência e assistência representam aproximadamente metade das despesas da União. As projeções indicam que, sem a reforma, em 2026, os gastos serão equivalentes a 82% das despesas públicas e sobrarão pouco para o governo aplicar em outras áreas, como saúde e educação. Neste ano, conforme o orçamento

da União, os gastos do governo federal com a Previdência devem alcançar R\$ 767,8 milhões, ou 53,4% das despesas totais. Isso representa o triplo das despesas previstas com educação, saúde e segurança pública, que somarão R\$ 228 bilhões, ou 15,86% do total orçado.

5. O prejuízo é de todos

O crescimento explosivo dos gastos com a Previdência desequilibra as contas públicas. Para fazer frente às despesas, o governo é obrigado a reduzir os investimentos em outras áreas, como infraestrutura e pesquisa, ou aumentar os impostos.

Além disso, o desequilíbrio das contas públicas aumenta a desconfiança dos investidores sobre a capacidade de o país honrar com o pagamento da dívida. Assustados, eles adiam projetos, o que prejudica o crescimento da economia e a criação de empregos.

STF dá 3 dias para PGR e AGU se manifestarem sobre extinção da pasta do Trabalho

06/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-02-2019)

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu três dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestarem sobre ação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) contra a extinção do Ministério do Trabalho.

Lewandowski sinalizou que vai submeter a ação para análise diretamente pelo plenário – ou seja, não vai tomar uma decisão monocrática (individual) no caso. Ainda não há previsão de quando o processo será discutido pelos 11 ministros da Suprema Corte.

“Assim, penso que a relevância social da matéria descrita na inicial desta ação direta de inconstitucionalidade recomenda a adoção do rito previsto no art. 10 da Lei 9.868/1999”, observou Lewandowski em sua decisão, ao citar dispositivo que prevê o julgamento dessas ações pelo plenário.

O PDT entrou com a ação no STF em 8 de janeiro contra medida provisória do governo de Jair Bolsonaro (PSL) que extinguiu o Ministério do Trabalho e desmembrou suas competências entre os ministérios da Cidadania, Economia e Justiça e Segurança Pública.

Para o PDT, a medida provisória “suprime a adequada implementação dos direitos sociais das relações de trabalho” e o desmantelamento das atribuições da pasta “propicia uma conjuntura de ilicitude permanente” .

Judicialização

Ao todo, o Supremo já recebeu sete processos que contestam medidas tomadas pelo governo Bolsonaro.

Na última quinta-feira (31), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) entrou com uma ação no STF contra a transferência para o Ministério da Agricultura de funções desempenhadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), como a demarcação de terras indígenas.

Também já foram contestados na Suprema Corte o decreto de Bolsonaro que facilitou as regras para obtenção de armas de fogo e a regulamentação da Lei de Acesso à Informação, que permite que funcionários comissionados e de segundo escalão imponham sigilo a documentos públicos.

Transição por pontos dá desconto na idade quanto maior for tempo de contribuição

06/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-02-2019)

A opção da equipe econômica em propor uma regra de transição para a aposentadoria de quem já está no mercado de trabalho baseada em pontos estabelece, na prática, uma idade mínima de aposentadoria que não é fixa. Ela pode sofrer um “desconto” quanto maior for o tempo de contribuição desse trabalhador, para além das exigências atuais para aposentadoria por tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 anos para mulheres).

A regra consta de minuta da reforma da Previdência antecipada na segunda-feira, 5, com exclusividade pelo Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) e vale apenas para quem tem a perspectiva de se aposentar por tempo de contribuição. Para quem prevê pedir o benefício por idade (aos 65 anos, se homem, e 60 anos, se mulher), há outra regra de transição.

Na transição por pontos, a ideia é aproveitar a regra “85/95”, já em vigor, que passaria a operar como exigência de acesso à aposentadoria. Hoje essa fórmula (que resulta da soma da idade com o tempo de contribuição) é usada apenas para saber se o segurado terá direito ao benefício integral, mas mesmo sem completar os pontos ele pode pedir a aposentadoria, sujeito ao fator previdenciário.

Nos primeiros cinco anos após a promulgação da reforma, a ideia da equipe econômica é manter esse direito de solicitar a aposentadoria sem atingir os pontos, mas mediante a incidência do fator.

A fórmula, criada pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, é calculada conforme a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida e acaba resultando num benefício menor.

Hoje, a regra já está no patamar 86/96, ou seja, 86 pontos para mulheres e 96 pontos para homens. Esse é o ponto de partida proposto na minuta da reforma. A partir de 1º de janeiro de 2020, esses valores aumentam 1 ponto ao ano, até o limite de 105 para ambos os sexos. O texto da minuta não prevê, para quem atinge o atual tempo mínimo de contribuição, nenhuma trava em relação ao avanço dos pontos enquanto o segurado ainda não atinge essa pontuação.

Um homem que for completar 35 anos de contribuição em 2021, por exemplo, precisará ter 63 anos para se aposentar pela regra dos pontos (a exigência de pontos já terá chegado a 98 para homens). Se ele não tiver essa idade, ele pode continuar contribuindo – e cada ano a mais recolhendo à Previdência renderá 2 pontos adicionais, um porque o segurado ficou mais velho, outro porque contribuiu por mais um ano.

Os professores têm pontuações diferentes, partindo de 81/91 em 2019, até o limite de 100 pontos. Os profissionais sujeitos a condições especiais ou prejudiciais à saúde também têm regras específicas quanto à exigência de pontos.

Confira alguns exemplos:

– Um homem que hoje tem 49 anos de idade e 28 anos de contribuição poderia, pela regra atual, pedir aposentadoria daqui sete anos, em 2026. Pela transição, a exigência de pontos, obtidos com a soma de idade e tempo de contribuição, será de 103 naquele ano. No entanto, aos 56 anos e com 35 anos de contribuição, ele só terá 91 pontos (ou seja, faltam 12 pontos para a exigência da transição, ou seis anos de contribuição, já que o fato de ficar seis anos mais velho também é contabilizado).

Como a pontuação mínima avança até 105 enquanto ele continua contribuindo, ele se aposentará 7 anos após o previsto na regra atual. Esse trabalhador completará 105

pontos em 2033, aos 63 anos e com 42 anos de contribuição, com direito a 100% do benefício.

– Um homem que hoje tem 50 anos de idade e 33 anos de contribuição poderia, pela regra atual, pedir aposentadoria daqui dois anos, em 2021. Pela transição, a exigência de pontos, obtidos com a soma de idade e tempo de contribuição, será de 98 naquele ano. No entanto, aos 52 anos e com 35 anos de contribuição, ele só terá 87 pontos (ou seja, faltam 11 pontos para a exigência da transição, ou cinco anos e meio de contribuição, já que o fato de ficar mais velho também é contabilizado em igual medida).

Como a pontuação mínima avança até 105 enquanto ele continua contribuindo, ele se aposentará 9 anos após o previsto na regra atual. Esse trabalhador completará 105 pontos em 2030, aos 61 anos e com 44 anos de contribuição, com direito a 100% do benefício.

Caso não consiga contribuir por todo esse tempo, um ano a menos representará a necessidade de um ano a mais na idade. Neste caso, porém, há a opção de aposentadoria nos cinco anos seguintes à aprovação da reforma sem atingir os pontos, mas sujeito ao fator previdenciário.

– Uma mulher que hoje tem 52 anos de idade e 28 anos de contribuição poderia, pela regra atual, pedir aposentadoria daqui dois anos, em 2021. Pela transição, a exigência de pontos, obtidos com a soma de idade e tempo de contribuição, será de 88 naquele ano. No entanto, aos 54 anos e com 30 anos de contribuição, ela só terá 84 pontos (ou seja, faltam 4 pontos para a exigência da transição, ou dois anos de contribuição, já que o fato de ficar dois anos mais velha também é contabilizado).

Como a pontuação mínima avança até 92 enquanto ela continua contribuindo, ela se aposentará 4 anos após o previsto na regra atual. Essa trabalhadora completará 92 pontos em 2025, aos 58 anos e com 34 anos de contribuição, com direito a 88% do benefício. Neste caso, porém, há a opção de aposentadoria nos cinco anos seguintes à aprovação da reforma sem atingir os pontos, mas sujeito ao fator previdenciário.

– Uma mulher que hoje tem 47 anos de idade e 25 anos de contribuição poderia, pela regra atual, pedir aposentadoria daqui cinco anos, em 2024. Pela transição, a exigência de pontos, obtidos com a soma de idade e tempo de contribuição, será de 91 naquele ano.

No entanto, aos 52 anos e com 30 anos de contribuição, ela só terá 82 pontos (ou seja, faltam 9 pontos para a exigência da transição, ou quatro anos e meio de contribuição, já que o fato de ficar mais velha é contabilizado em igual medida).

Como a pontuação mínima avança até 100 enquanto ela continua contribuindo, ela se aposentará 7 anos após o previsto na regra atual. Essa trabalhadora completará 100 pontos em 2033, aos 61 anos e com 39 anos de contribuição, com direito a 98% do benefício. Neste caso, porém, há a opção de aposentadoria nos cinco anos seguintes à aprovação da reforma sem atingir os pontos, mas sujeito ao fator previdenciário.

Afastamentos de trabalhadores por doença aumentam 6% em 2018

06/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Já os valores pagos subiram 9,3% no ano passado

A concessão de auxílio para trabalhadores que tiveram complicações de saúde relacionadas à atividade subiu cerca de 6% ano passado, na comparação com 2017.

O valor pago subiu em proporção maior, de 9,3%. Houve criação de 530 mil empregos em 2018, e isso pode ter influenciado o número de concessões, segundo o economista especializado em Previdência Pedro Nery.



Carteira de trabalho e previdência social. - Gabriel Cabral - 24.jan.19/Folhapress

“Todos os benefícios ligados ao setor formal aumentam quando há uma melhora no índice de desemprego.”

Uma mudança de 6% é uma oscilação normal, de acordo com Francisco Eduardo Cardoso Alves, da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social. “Foi apenas um ano, não é uma alta sustentada, como a que vem ocorrendo na concessão de outros benefícios.”

A quantidade de acidentes de trabalho que causam afastamento remunerado pela Previdência está aquém dos parâmetros anteriores à crise. O número de 2018 é o equivalente a 66% do verificado em 2013, por exemplo.

O gerenciamento do INSS influencia as autorizações dadas, segundo Andre Marques Rebelo, economista da Fiesp.

“Existem zonas cinzentas na avaliação da necessidade [do afastamento remunerado]. Uma gestão mais paternalista libera mais, e há momentos em que se ordena que haja mais parcimônia”, afirma Rebelo.

Bolsonaro e Guedes divergem sobre idade mínima igual entre homens e mulheres, diz Mourão

06/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-02-2019)

Expectativa é de que proposta seja enviada ao Congresso ainda neste mês

O governo federal pretende fechar o texto final da reforma previdenciária até o final da próxima semana para enviá-lo ao Congresso Nacional na segunda quinzena de fevereiro.

A previsão foi discutida em reunião ministerial promovida nesta terça-feira (5) no Palácio do Planalto, na qual o ministro da Economia, Paulo Guedes, falou sobre o cronograma da proposta.

Com a expectativa de que o presidente Jair Bolsonaro tenha alta médica na segunda-feira (11), a intenção é de que a versão final seja apresentada à equipe ministerial no próximo encontro de governo, programado para terça-feira (12).

"Eu acredito que ele [Jair Bolsonaro] vai dar a decisão na segunda semana de fevereiro", disse o vice-presidente Hamilton Mourão, que coordenou a reunião ministerial. "Temos a ideia de que o presidente decida e se envie ao Congresso Nacional", acrescentou.

No encontro, segundo relatos de presentes, Guedes disse que a minuta da proposta, vazada na terça-feira (5), não será a versão final. Ele evitou, contudo, dar detalhes sobre a proposta escolhida.

Após o encontro, Mourão disse que Guedes é favorável à igualdade da idade mínima entre homens e mulheres, mas observou que Bolsonaro é contra.

"O Guedes, na visão dele, é todo mundo igual. Não é isso que se busca hoje? A igualdade? Mas o presidente não concorda. O decisor é ele. Ele que foi eleito. Nós aqui somos atores coadjuvantes", disse.

Mais cedo, em entrevista, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que Guedes trabalha com quatro ou cinco textos sobre a reforma e que a palavra final será do presidente.

PEC

Relator da reforma do ex-presidente Michel Temer, o deputado federal Arthur Maia (DEM-BA) se reuniu nesta terça-feira (5) com o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, que já informou a intenção do governo de aproveitar a tramitação do texto passado para votar a nova reforma direto no plenário.

O parlamentar afirmou, no entanto, que essa estratégia pode ser alterada, pois quem decide a velocidade da proposta na Câmara dos Deputados é o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Em entrevista à **Folha**, o presidente reeleito da Câmara rejeitou a ideia de colocar a reforma da Previdência de Bolsonaro direto no plenário, sem passar pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), responsável por verificar se o texto não fere princípios constitucionais.

O relator da PEC de Temer ressaltou que o presidente da Casa é o "árbitro dessa tramitação".

"Ele [Rodrigo Maia] é quem vai definir qual é o trâmite apropriado para essa matéria considerando que já tem uma proposta pronta para ir ao plenário e as duas [a de Temer e a de Bolsonaro] são complementares, bastante semelhantes", disse.

Para Arthur Maia, há duas possibilidades: apresentar a reforma do novo governo direto ao plenário na forma de emenda ao texto relatado por ele; apresentar uma nova PEC que teria que passar pela CCJ e por uma comissão especial para tratar especificamente das mudanças nas regras de aposentadorias.

A PEC de Temer já passou por essas duas comissões. O relator afirmou que o tempo de discussão da proposta na comissão especial poderia ser encurtado, pois o tema foi bastante discutido na legislatura anterior.

Mourão diz que Guedes quer mesma idade para aposentadoria de homens e mulheres

06/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-02-2019)

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou nesta terça-feira (5) que o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer igualar a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, mas o presidente Jair Bolsonaro é contra e é ele quem vai dar a palavra final sobre o assunto. Para Mourão, a decisão deve sair na segunda quinzena de fevereiro.

“Isso aí, decisão sobre idade mínima, vai ser com o presidente. O Guedes tem a visão dele e o presidente vai decidir. O Guedes, na visão dele, é todo mundo igual. Não é isso que se busca hoje, a igualdade?”, questionou Mourão.

Apesar do tom de brincadeira, Mourão reforçou que o presidente Jair Bolsonaro não concorda com a ideia de igualar a idade mínima. “A decisão é dele. Ele que foi eleito, nós somos só atores coadjuvantes”, disse o vice. Na segunda-feira, Mourão já havia dito que Bolsonaro é contra estabelecer a mesma idade mínima de aposentadoria homens e mulheres e que concorda com ele.

Minuta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência, obtida com exclusividade pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, sugere a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem no Brasil. O tempo mínimo de contribuição para se aposentar com 100% do benefício poderia chegar a 40 anos, de acordo com o texto.

Mourão minimizou o conteúdo da proposta e disse que “aquilo foi um vazamento aí que houve”, voltando a dizer que a decisão caberá apenas ao presidente. Mourão acredita que a decisão será tomada por Bolsonaro na segunda quinzena de fevereiro, mas isso vai depender da alta hospitalar, que ainda não tem previsão para acontecer.

“Temos que aguardar a alta hospitalar, pode ser no final de semana, no início da próxima semana.”

Reunião

A reforma da Previdência foi um dos temas discutidos durante reunião do Conselho de Governo entre Mourão e os ministros, no Palácio do Planalto, na manhã desta terça. Segundo Mourão, no entanto, Guedes não falou especificamente sobre a questão da idade mínima.

Em nota, a Casa Civil divulgou posicionamento semelhante ao de Mourão, alegando que a minuta da reforma da Previdência divulgada é “um dos vários estudos em avaliação” e que o martelo será batido “apenas pelo presidente, provavelmente na próxima semana”.

Maia diz apoiar reforma, mas alerta sobre votos necessários para aprovação

06/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-02-2019)

Após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que apoiará a proposta de reforma da Previdência, mas apontou que o problema é que o governo ainda não tem garantidos cerca de 320 votos para aprovação do projeto com uma certa margem. O deputado afirmou ainda que o regimento não será o obstáculo para a votação, que, segundo ele, pode ocorrer no plenário da Casa até maio.

“Queremos votar o mais rápido possível, respeitando os prazos regimentais. O nosso problema não é o regimento, mas ter os votos necessários para a aprovação. Se houver os votos suficientes, a matéria irá a votação”, disse Maia.

O presidente da Câmara explicou que, a partir da apresentação do texto, a proposta pode passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em três semanas. Segundo ele, como no começo da legislatura, normalmente, é possível conseguir quórum nas segundas e sextas-feiras, o prazo de 11 sessões na comissão especial da proposta de reforma pode ser alcançado em pouco mais de duas semanas.

“Teremos até um pouco mais de prazo para discutirmos a matéria. E se votarmos no plenário da Câmara em maio, o Senado pode votar em junho ou julho. O presidente

do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), é um liberal que também apoia a reforma”, acrescentou Maia.

Perguntado se o governo teria hoje uma base com tamanho suficiente para garantir a aprovação da PEC no plenário, Maia avaliou que até mesmo pelo fato do Planalto “não ter se envolvido” com a eleição para as presidências das casas do parlamento, a base ainda estaria em construção. “O tamanho da base do governo ainda está em construção. Hoje, sei que não tem 350 deputados, mas acho que governo consegue ter base de 350 para garantir aprovação da reforma da Previdência.”

Segundo Maia, o objetivo é garantir nos próximos dois meses que haja 320 a 330 votos garantidos a favor da proposta. O mínimo necessário para aprovar em cada turno de votação no plenário é 308 votos. O problema do governo anterior, de Michel Temer, segundo Maia, é que não havia o número de votos necessários para aprovar a proposta.

“O regimento vai ser respeitado. Não quero tensionar relacionamento com oposição e minoria. O tempo para votação (da reforma) é o tempo da maioria, mas vamos respeitar minoria”, afirmou Maia. “Mesmo os partidos que divergem do presidente Bolsonaro compreendem a importância da reforma. Temos que fazer um amplo debate sem paixões ou discussões ideológicas”, completou.

Setor de serviços no Brasil cresce em janeiro com novos negócios atingindo pico em 6 anos, mostra PMI

06/02/2019 – Fonte: R7 (publicado em 05-02-2019)

O volume de novos negócios cresceu no ritmo mais forte em seis anos e o setor de serviços do Brasil manteve-se em crescimento no início do ano, com o otimismo futuro chegando ao nível mais alto em três meses, de acordo com os dados apresentados nesta terça-feira pela pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês).

O PMI de serviços brasileiro avançou ligeiramente a 52,0 em janeiro, ante 51,9 em dezembro, informou o IHS Markit, destacando ainda o crescimento mais forte da produção em 11 meses. Leitura acima de 50 indica expansão.

O volume de novos negócios se expandiu pelo quarto mês seguido, e em todas as cinco categorias monitoradas, devido basicamente ao mercado doméstico, uma vez que as exportações caíram pela segunda vez seguida.

"A estabilidade econômica, as reservas domésticas melhores e o cenário político favorável foram alguns dos fatores citados para o aumento da atividade", afirmou o IHS Markit.

O setor de Informação e Comunicação teve a expansão mais rápida na atividade de negócios entre os segmentos monitorados. Por outro lado o de Transporte e Armazenamento teve contração.

Os fornecedores de serviços relataram crescimento das despesas em janeiro, com preços mais altos pagos por energia, combustíveis, carne, vegetais e equipamentos de aluguel. Embora o ritmo de alta dos preços tenha sido o mais lento em quatro anos, as empresas buscaram reduzir os custos. Nessa linha, cortaram empregos pelo terceiro mês seguido.

Os preços cobrados pelos fornecedores de serviços subiram à mesma taxa de dezembro. Enquanto algumas empresas repassaram as cargas de custos mais elevadas aos clientes, outras mantiveram os preços cobrados devido a reduções bem-sucedidas de custos, a uma moeda relativamente forte e a um impulso nas vendas.

Sobre as perspectivas para daqui a 12 meses, o otimismo seguiu atingiu a máxima em três meses, com os entrevistados citando condições econômicas melhores, novas parcerias, mudança de governo e as previsões de novas melhorias na demanda.

Com o ligeiro crescimento do setor industrial em janeiro, o PMI Composto do país foi a 52,3 em janeiro, de 52,4 em dezembro.

PIB da construção civil deve crescer 2% em 2019, diz Sinduscon-SP

06/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-02-2019)

O Produto Interno Bruto (PIB) da construção civil brasileira deve crescer 2,0% em 2019, de acordo com projeção divulgada nesta terça-feira, 5, pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Se a estimativa se confirmar, representará o fim de um ciclo de cinco anos de quedas consecutivas no nível de atividade do setor. O PIB da construção encolheu 28% entre os anos de 2014 e 2018. No acumulado dos últimos 12 meses até novembro de 2018, a baixa estava em 2,3%.

A perspectiva tem como base a projeção de um crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto do País neste ano. "Há expectativa de melhora na economia de modo geral, o que tende a elevar os investimentos. E as expectativas para a construção refletem esse cenário", afirmou a coordenadora de estudos da construção da FGV, Ana Maria Castelo, durante coletiva de imprensa.

Pelo lado positivo, Ana Maria destacou a elevação da confiança de consumidores e de empresários com a definição do novo governo após as eleições, além de um quadro de inflação e juros sob controle, com tendência de redução gradual do nível de desemprego.

Já entre os aspectos negativos, o principal problema é a questão fiscal e a necessidade de reformas para reequilibrar as contas públicas. "Toda a expectativa de desenvolvimento do ano está baseada na capacidade de o governo sinalizar um encaminhamento para a questão fiscal", disse.

Já no campo da construção, o nível de atividade deve ser impulsionado pelo consumo de materiais, especialmente por pequenas empreiteiras e por obras domésticas. Esse segmento deve crescer 3,5% em 2019. Já o segmento de grandes obras empresariais, que englobam mercado imobiliário, infraestrutura e prestação de serviços especializados, deve mostrar elevação de 1,0%.

A expectativa é de início das obras dos empreendimentos residenciais lançados no último ano, o que ajudará a aquecer o setor. "O mercado imobiliário deve comandar a atividade, com projetos destinados à média e alta renda, e o Minha Casa Minha Vida com um peso grande", afirmou Ana Maria.

Já o segmento de infraestrutura segue com baixo nível de investimentos, ponderou. "Infraestrutura ainda é uma promessa. Tem uma agenda de concessões e obras, que se confirmarem só irão se concretizar nos próximos anos".

A queda do PIB da construção no último ano frustrou as expectativas do Sinduscon e da FGV, que esperavam o retorno do indicador para o campo positivo. De acordo com a coordenadora da FGV, os solavancos da economia nacional e as incertezas provocadas pelo período eleitoral provocaram uma desaceleração no ritmo esperado de crescimento do PIB nacional no último ano, inibindo os investimentos em construção, especialmente em infraestrutura. "Havia expectativa de que haveria reversão do quadro de queda em 2018, o que foi frustrado", disse.

Por outro lado, Ana Maria avaliou que houve uma amenização do cenário, com retomada dos lançamentos e das vendas de imóveis, redução dos distratos, expansão dos financiamentos imobiliários e aumento na confiança de empresários e consumidores. "O ano de 2018 não foi positivo, mas pode ser considerado um ano de 'despiora'. As taxas não passaram para o campo positivo, mas ficaram menos ruins", explicou.

MCMV

A faixa 1 do Minha Casa Minha Vida – que é destinada à população de baixa renda e que recebe subsídios do Tesouro Nacional para o acesso à moradia – deve seguir paralisada neste ano, de acordo com estimativa do presidente do Sinduscon-SP, Odair Senra. "A faixa 1 deve ficar hibernada enquanto o problema fiscal existir", afirmou, durante coletiva de imprensa.

Segundo Senra, não existem, no momento, discussões dentro do governo federal ou entre as entidades empresariais para reativar a faixa 1, mas ponderou que há interesse em retomar as conversas. "Como entidade, estamos empenhados em retomar esse assunto, mesmo que demore um pouco para se recolocar em operação", comentou.

Ana Maria Castelo disse que as contratações na faixa 1 do programa habitacional foram pequenas em 2018, com períodos de paralisação. Para 2019, a tendência é que o cenário continue, segundo ela.

"Em 2018, a faixa 1 praticamente não rodou e imagino que para 2019 não será diferente. Enquanto a situação fiscal continuar restrita, é difícil imaginar que o governo vai destinar dinheiro para essa faixa", apontou, lembrando que esse cenário aumenta os desafios de se equalizar o déficit habitacional no País.

Fenabreve: Financiamento aprovado subiu para 6 a cada 10 pedidos

06/02/2019 – Fonte: R7 (publicado em 05-02-2019)

A taxa, no pior momento da crise econômica, foi de três a cada 10 e chegou a subir para quatro a cada 10 no início de 2018, segundo o setor



As concessionárias de veículos têm notado que os bancos estão cada vez mais dispostos a oferecer crédito para a aquisição de carros. No início de 2019, a cada 10 pedidos de financiamento, seis estão sendo aprovados, segundo dado apresentado nesta terça-feira (5) pela Fenabreve. Essa taxa, no pior momento da crise econômica, foi de três a cada 10 e chegou a subir para quatro a cada 10 no início de 2018, quando as vendas já haviam voltado a crescer.

O presidente da Fenabreve, Alarico Assumpção Jr, ressaltou que a queda do nível de inadimplência é o principal fator para esse movimento de aumento do crédito. "As taxas de inadimplência estão caindo mês a mês desde maio de 2018", observou o executivo.

O segmento de motocicletas também começa a ser beneficiado pelo aumento do crédito. A taxa de aprovação, que até outubro estava em três a cada 10 pedidos, agora está em quatro a cada 10 pedidos, afirmou o vice-presidente da Fenabreve para a área

de motocicletas, Carlos Porto. "Os bancos estão mais maleáveis para concessão nesse segmento, principalmente para motos de baixa cilindrada", disse.

O segmento de caminhões, que foi o primeiro a sentir os efeitos da melhora das condições de financiamento, segue avançando.

"Devemos continuar tendo expressivos aumentos dos níveis de financiamento. Os bancos de mercado e de montadoras estão facilitando acesso ao crédito para caminhões, com taxas mais atrativas pelo CDC do que no Finame.

Enquanto o CDC tem taxa de 0,99% ao mês, o Finame tem 1,14%", comparou o vice-presidente da Fenabrave para caminhões, Sérgio Zonta.

Zonta ressaltou ainda que a greve dos caminhoneiros acabou estimulando o mercado, porque incentivou empresas e agricultores a criarem frotas próprias.

Concessionárias preveem aumento de 10% nas vendas de carros em 2019

06/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 05-02-2019)

As concessionárias acreditam que as vendas de veículos irão crescer 10,1% em 2019. O dado foi apresentado nesta segunda (5) pela Fenabrave, entidade que representa as distribuidoras de automóveis. O cálculo considera carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões.

O otimismo é baseado na oferta de crédito. Segundo Alarico Assumpção Júnior, presidente da Fenabrave, há R\$ 167 bilhões disponíveis para financiamento de veículos: os bancos estão atrás dos bons pagadores que adiaram a troca do carro.

"Em um passado recente, apenas três em cada 10 fichas de crédito eram aprovadas pelas financeiras. Agora, essa proporção é de 6,2 em 10", afirma Assumpção.

A previsão da Fenabrave está alinhada com os resultados de janeiro. De acordo com a entidade, as 199,8 mil unidades emplacadas neste começo de ano representam crescimento de 10,2% na comparação com o mesmo período de 2018.

Em janeiro, a Anfavea (associação que representa as montadoras) também previu crescimento em 2019: 11,4% sobre 2018.

Apesar dos problemas que alega enfrentar no Brasil, a General Motors mantém-se na liderança, e com folga. Seu compacto Chevrolet Onix teve 18.482 unidades vendidas no primeiro mês do ano. O Ford Ka aparece em segundo (8.023).

Em comparação a janeiro de 2018 o Onix cresceu 17,3% nos emplacamentos. A GM busca auxílio dos governos para recuperar perdas que afirma ter tido nos últimos anos.

Para o presidente da Fenabrave, se algum pedido da montadora americana for atendido, o benefício tem que ser estendido a todas as fabricantes de veículos. "Um filho não pode ser mais beneficiado que outro."

Uma das ações previstas pela GM em seu processo de reestruturação envolve as concessionárias. A empresa quer reduzir a margem repassada aos lojistas pela comercialização de um de seus veículos, segundo representantes das revendedoras. O modelo não foi revelado.

Os concessionários não gostaram da ideia, que segue em discussão. Procurada pela reportagem, a montadora não quis se pronunciar sobre o assunto.

GM corta 4.000 funcionários na rodada mais recente de reestruturação

06/02/2019 – Fonte: R7 (publicado em 05-02-2019)

A General Motors informou na segunda-feira que começou a entregar avisos de dispensa para cerca de 4.000 funcionários na última rodada da reestruturação anunciada no final de novembro, que reduzirá sua equipe em 15 por cento dos 54.000 trabalhadores.

Duas pessoas informadas sobre as dispensas disseram que a GM está cortando centenas de empregos em seus centros de tecnologia da informação no Texas, na Geórgia, no Arizona e em Michigan, e mais de mil empregos em seu Michigan Tech Center, em Warren. A GM está preenchendo novos requerimentos de dispensas em massa com agências estatais e divulgou os cortes para os legisladores.

A maior montadora dos EUA anunciou em novembro que reduziria o total de cerca de 15 mil empregos e encerraria a produção em cinco fábricas norte-americanas. Os cortes incluem a eliminação de algo em torno de 8.000 trabalhadores, ou cerca de 15 por cento da equipe.

A GM cortou cerca de 1.500 trabalhadores em dezembro e informou que 2.300 funcionários aceitaram pacotes de compensação, disseram autoridades.

GM perde mercado, mas mantém liderança com ajuda de carros produzidos fora de SP

06/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-02-2019)

A GM, que produz e vende no Brasil os carros da marca Chevrolet, cresceu menos que o mercado em janeiro, mês em que ameaçou deixar de produzir no País (caso não voltasse a ter lucro em 2019), depois de três anos seguidos de queda. A montadora, no entanto, manteve a liderança nas vendas, graças a carros que são produzidos fora de São Paulo, onde estão as fábricas que dão mais dores de cabeça aos executivos da empresa.

No primeiro mês do ano, as vendas de carros da GM subiram 6,8%, enquanto o mercado de veículos leves, do qual a montadora participa no Brasil, teve expansão de 8,6%, segundo dados divulgados nesta terça-feira, 5, pela Fenabreve, federação que reúne as concessionárias. Com isso, a preferência dos consumidores pela empresa caiu levemente, de 19,3% em janeiro de 2018 para 18,9% em janeiro de 2019.

A GM só não conseguiu crescer mais que o mercado por causa do desempenho abaixo da média dos carros produzidos nas fábricas de São José dos Campos e São Caetano, ambas no interior de São Paulo. A S10, por exemplo, produzida em São José, teve queda de 18,6% em janeiro ante igual mês do ano passado, enquanto o segmento de picapes teve alta de 2%. Montado em São Caetano, o Cobalt teve recuo de 31%, enquanto o mercado de sedãs compactos quadruplicou.

Quase todos os outros carros feitos nessas duas cidades tiveram desempenhos inferiores aos seus respectivos segmentos. As exceções foram a Spin, que não tem concorrentes, mas cresceu abaixo do mercado total, a um ritmo de 6,5%; e a versão hatch do Cruze, que teve expansão de 38% (o segmento teve alta de 10%), mas sobre uma base pouco expressiva, de apenas 453 unidades.

Os carros que salvaram a GM foram o Onix e o Prisma, que são os modelos produzidos na única fábrica de veículos fora de São Paulo, localizada em Gravataí, no interior do Rio Grande do Sul – a empresa tem uma fábrica de motores em Joinville, Santa Catarina.

O Onix e o Prisma são os únicos da marca Chevrolet que estão entre os 20 automóveis mais vendidos do País e tiveram desempenhos acima do mercado. O primeiro, carro mais comercializado do Brasil, teve alta de 17,3%, enquanto o segmento de hatchs pequenos avançou 7,4%. O Prisma, por sua vez, cresceu 16,8%, enquanto o mercado de sedãs pequenos subiu 14,9%.

Para melhorar os resultados das fábricas de São Paulo, a GM tenta reduzir custos trabalhistas por meio de negociações com o sindicato de cada região e busca com o governo estadual a antecipação de créditos acumulados no ICMS.

A fábrica de Gravataí, mesmo com resultados mais favoráveis, também pode ser afetada. Executivos da empresa disseram na semana passada ao governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), que, se a empresa fechar as fábricas de São Paulo, por falta de acordos, pode concluir que não vale a pena manter a unidade gaúcha, que não seria suficiente para segurar uma participação de mercado relevante.

GM propõe reajuste zero em 2019 em São José dos Campos

06/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-02-2019)

Como parte do esforço para conter custos no Brasil, a GM propôs aos trabalhadores da fábrica de São José dos Campos, no interior paulista, que não haja reajuste salarial em 2019. Em 2020, o aumento seria de 60% da inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). A reposição total pela inflação, segundo o mesmo índice, só voltaria em 2021.

Para amenizar a falta de reajuste em 2019, a empresa ofereceu abono salarial de R\$ 2,5 mil. Para 2020, já com a reposição parcial da inflação, o abono cairia para R\$ 1,5 mil. Em 2021, com a reposição total, deixa de haver abono.

A proposta, que envolve outras nove questões, foi feita após seis rodadas de negociações com o sindicato dos metalúrgicos da cidade. Os funcionários da fábrica farão uma votação nesta quarta-feira para decidir se aceitam ou não.

A negociação foi iniciada em janeiro depois de a montadora ameaçar deixar de produzir no Brasil caso não voltasse a ter lucro em 2019, depois de três anos seguidos de prejuízo. Para isso, a empresa busca reduzir custos trabalhistas nas fábricas de São José dos Campos e São Caetano do Sul, além de negociar com o governo do Estado a antecipação de créditos acumulados no ICMS.

Em São José, a GM começou as conversas com 28 reivindicações. Após as rodadas de negociações, a pauta caiu para 10 pontos. Em um deles, que toca no piso salarial de novos contratados, houve recuo da montadora. No início, a empresa queria reduzir o piso de R\$ 2,3 mil para R\$ 1,6 mil, uma queda de 30%. Agora, propõe redução para R\$ 1,7 mil nesse momento, com aumento para R\$ 1,8 mil em setembro.

A empresa chegou a abrir negociações com os metalúrgicos da fábrica de Gravataí, no Rio Grande do Sul, mas desistiu de todas as reivindicações em menos de uma semana. A fábrica de Gravataí, responsável pela produção da maioria das versões do Onix, carro mais vendido do Brasil, é a que está em melhor situação. A preocupação é que, se não houver acordos em São Paulo, a montadora pode concluir que não faz sentido manter só a unidade gaúcha, dado que perderia participação de mercado.

Os demais pedidos também envolvem mudanças nas participações dos trabalhadores em resultados e redução gradativa do adicional noturno até 2021, de 27% para 20%. Os novos admitidos já entrariam com 20%. Para horas extras, a empresa quer a exclusão dos limites de 29 horas no mês ou 275 horas no ano.

Além disso, propõe garantia de emprego ao funcionário acidentado e com doença profissional e manutenção da estabilidade aos acidentados e portadores de doenças ocupacionais para os atuais trabalhadores. Aos novos contratados, ficaria assegurada a legislação vigente.

Petrobras eleva em 0,59% preço médio da gasolina nas refinarias, para R\$ 1,5079

06/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 05-02-2019)

A Petrobras anunciou alta de 0,59% no preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, válido para quarta-feira, 6, para R\$ 1,5079. Além disso, a estatal manteve sem alteração o preço do diesel, em R\$ 2,0198, conforme tabela disponível no site da empresa.

Em dezembro, a Petrobras anunciou um mecanismo de proteção complementar em que ela pode alterar a frequência dos reajustes diários do preço do diesel no mercado interno em momento de elevada volatilidade, podendo mantê-lo estável por curtos períodos de tempo de até sete dias, 'conciliando seus interesses empresariais com as demandas de seus clientes e agentes de mercado em geral'. Já o hedge da gasolina, que passou a ser adotado em setembro, permite a empresa manter os valores estáveis nas refinarias por até 15 dias.

Brasil vai buscar compensações da UE por sobretaxas sobre importações de aço

06/02/2019 – Fonte: R7 (publicado em 05-02-2019)

O governo brasileiro afirmou nesta terça-feira que vai pleitear compensações da União Europeia após o bloco ter aplicado sobretaxas às importações de aço que superaram certos limites.

Em nota conjunta, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Economia afirmaram que o governo "continuará a buscar junto à União Europeia as compensações adequadas para equilibrar os efeitos adversos das salvaguardas sobre a corrente de comércio".

A UE publicou na última sexta-feira a regulamentação da sobretaxa de 25 por cento sobre as importações de aço que excederem limites estabelecidos por categoria de produto. As sobretaxas valem até junho de 2021.

A medida concluiu um processo iniciado em março passado sobre imposição de salvaguardas, que foram implementadas em junho de forma provisória.

No comunicado, o governo brasileiro reiterou ser contrário às sobretaxas aplicadas pela UE.

Mercedes-Benz lidera pesados e projeta expansão acima do mercado em 2019

06/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 05-02-2019)

Leoncini em frente ao extrapesado Actros, a estrela da Mercedes-Benz em 2018 para tomar a liderança do segmento: "Foco nas necessidades do cliente está fazendo a diferença". Fabricante colhe resultados de melhorias dos seus caminhões, pós-venda e de rede para negociar usados

Alcançar a liderança há muito tempo inédita das vendas de **caminhões pesados** no País foi o fator-chave para a **Mercedes-Benz** fechar 2018 com bons resultados, já que o segmento foi de longe o que mais cresceu no ano passado – expansão de 85%

sobre 2017, quase o dobro do avanço total do mercado no período, de 46%. Roberto Leoncini, vice-presidente de vendas e marketing da empresa, credita o desempenho positivo ao foco maior nas necessidades dos clientes, não só pelas melhorias que tornaram os produtos da marca mais econômicos e robustos, mas também “àquilo que está em volta do caminhão” – no caso, ferramentas de financiamento, pós-venda acessível, oferta de serviços de manutenção e o crescimento da rede própria de revenda usados, a SelecTrucks, que incentiva a renovação de frotas por meio de um canal eficiente para vender os veículos antigos.

O executivo avalia que em 2019 a estratégia de maior aproximação e entendimento das necessidades dos clientes vai continuar funcionando e será aprofundada – para isso a fábrica de São Bernardo parou um dia na semana passada no evento Dia D Cliente, que recebeu clientes e concessionários em 156 horas de discussões temáticas em 80 salas com os funcionários de diversas áreas, que resultaram em 1,5 mil ideias para melhorar processos de vendas, pós-vendas, serviços e relacionamentos.

Com esse impulso, Leoncini prevê que a marca deve crescer acima da média entre os pesados e outros segmentos também, com expectativa da recuperação de setores importantes para as vendas de caminhões. Ainda assim, Leoncini pondera que o mercado nacional ainda segue muito pequeno em relação ao tamanho da indústria instalada, capaz de produzir mais de 200 mil unidades/ano, mas após três anos seguidos de quedas profundas, a recuperação começou em 2018 e o ano promete novo crescimento.

"Projetamos mercado total em torno de 88 mil a 90 mil caminhões este ano, o que será um crescimento de 16% a 18%. Nós temos o objetivo de crescer acima disso. Pode ser mais, mas depende de muitos fatores, como as reformas econômicas do governo, definição de como vai ficar a tabela de frete, preço do diesel que está voltando a subir e a recuperação de outros setores que ainda não voltaram a comprar, como construção civil e entregas urbanas, mas os pesados ainda vão continuar dominando de 55% a 60% das vendas com a força do agronegócio", avalia Roberto Leoncini.

O executivo sustenta que a Mercedes deve crescer acima da média este ano porque a fabricante está melhor preparada para a demanda projetada. “Perdi vendas para a concorrência porque não consegui produzir tudo que precisava, recebemos pedidos muito em cima da hora e acima do que esperávamos. Devemos crescer mais em 2019 porque fizemos ajustes para atender os clientes que não conseguimos em 2018”, afirma Leoncini.



Entre os ajustes para sustentar o aumento das vendas, a Mercedes-Benz precisou negociar com fornecedores e acelerou o ritmo em suas fábricas. A empresa fez contratações em Juiz de Fora (MG) para atender a demanda aquecida por sua principal estrela no segmento de caminhões pesados, o Actros, que teve a produção aumentada de 15 unidades/dia há um ano para alcançar 28/dia no fim de 2018. Também foram contratados novos funcionários para o segundo turno da linha de caminhões em São Bernardo do Campo (SP) e para abrir na planta o terceiro período de trabalho diário nas linhas de motores, transmissões e eixos.

“Produzir vários componentes dentro de casa foi uma vantagem para nós no ano passado, porque dependemos menos de fornecedores que não podiam acelerar a

produção”, destaca Leoncini. “O problema é que também nós não conseguimos fazer tudo isso tão rápido quanto alguns clientes precisavam e eles foram comprar da concorrência. Mas este ano estamos melhor ajustados, com encomendas adiantadas e melhor distribuídas pelo resto do ano, o susto é menor”, acrescenta.

DESEMPENHO PESADO

A Mercedes fechou 2018 com 21.153 caminhões vendidos no Brasil, número 44,2% superior ao registrado no fraco 2017 e pouco abaixo da média geral de crescimento do mercado nacional (46%), mas a marca manteve a liderança do setor pelo terceiro ano seguido, com participação de 27,8%, ligeiramente abaixo dos 28,3% de um ano antes. O desempenho é devido principalmente à perda de terreno nos segmentos mais leves.

O avanço mais substancial da Mercedes foi justamente no segmento de pesados com os modelos Axor e Actros, que juntos venderam 9.956 unidades em 2018, em alta expressiva de 102,6% sobre o ano anterior e representação de 47% das vendas da marca no período. Assim a Mercedes conseguiu participação de 28,6% do segmento e tirou a liderança de Volvo e Scania, os dois maiores concorrentes nessa faixa do mercado – que em 2018 cresceu 85,5% e representou 27,8% do total de caminhões vendidos.

Leoncini avalia que este ano os pesados deverão continuar a responder pela maior parte das vendas de caminhões, entre 55% e 60% do total, “mas outros segmentos que dependem da expansão da economia e recuperação do emprego também começam a dar sinais de melhoria, como de transportadoras de entregas urbanas que não renovam suas frotas há bom tempo, ou da construção civil”. Segundo o executivo, esse movimento de crescimento generalizado tende a beneficiar mais as marcas que atuam em todas as faixas do mercado, como é o caso da Mercedes.

USADOS, REDE, SERVIÇOS E CRÉDITO PUXAM CRESCIMENTO

Pode parecer paradoxal, mas um dos fatores que impulsionaram as vendas de caminhões novos da Mercedes em 2018 foi sua rede própria de usados, a SelecTrucks. As cinco revendas existentes quase duplicaram os negócios com o repasse de 1.494 modelos de segunda-mão, de várias marcas, em crescimento de 81% sobre as 826 unidades negociadas em 2017.

Como a maioria das transações foi feita à base da troca, envolvendo o usado como entrada do financiamento de um novo, as negociações resultaram na compra de 1,1 mil caminhões zero-quilômetro. A estratégia de oferecer um canal próprio de renovação de frotas deu tão certo que este ano a Mercedes vai abrir mais cinco pontos SelecTrucks, em cinco Estados.

A rede de concessionárias tradicionais Mercedes-Benz, que já estava entre as maiores do País, também cresceu mais um pouco, com a abertura de cinco novas lojas em 2018, totalizando 160 pontos em todo o País atualmente – 105 delas já funcionando com novo padrão visual global da marca 3D Black.

Com maior foco nas necessidades dos clientes, também avançaram a taxas expressivas os serviços oferecidos nas concessionárias junto com os veículos, que serviram como molas impulsoras dos negócios com frotistas, aumentam a fidelidade e assim consolidaram a liderança de mercado da Mercedes pelo terceiro ano consecutivo.

Os contratos de manutenção experimentaram crescimento de 110% no ano e foram adquiridos em conjunto com 27% dos caminhões Mercedes emplacados no período. “Pode parecer pouco, mas esses contratos só são feitos por grandes frotistas para

modelos pesados. Portanto a maioria desses veículos foi vendida com o serviço de manutenção”, lembra Leoncini. Com isso, a rede já opera 30 oficinas dedicadas a clientes específicos.

O executivo destaca que esta é uma tendência: “Alguns frotistas já entendem que as oficinas próprias ficaram muito caras para acompanhar a evolução tecnológica desses caminhões, por isso vale mais a pena entregar isso aos concessionários especializados, que conforme a demanda pode fazer atendimento dedicado dentro das empresas, para evitar deslocamentos e ganhar tempo. É o caso da Raízen, que tinha 16 oficinas na região de Piracicaba (SP), fez o acordo de manutenção conosco e hoje só tem uma”, explica.

Outro serviço incorporado aos caminhões Mercedes é o Fleetboard, módulo de telemetria que em 2018 teve crescimento de 150% nas ativações do sistema, que já funciona em 44% dos veículos vendidos. “Interessante é que o módulo de segurança é o menos ativado. Os clientes buscam mais as informações do caminhão para melhorar índices de consumo e manutenção. É o casamento perfeito com o contrato de manutenção, por isso as ativações do Fleetboard crescem na mesma proporção”, diz Leoncini.

Pelo lado dos financiamentos, outro fator-chave na compra de caminhões, o Banco Mercedes-Benz elevou o número de unidades financiadas de 13,3 mil em 2017 para quase 20 mil em 2018, o que correspondeu a 47% das vendas da rede. O maior impulso veio do CDC, que de um ano para outro aumentou sua participação nos negócios de 35% para 67%. Com juro mais baixo, o CDC se tornou uma importante ferramenta estratégica para viabilizar as vendas, pois é mais simples, menos burocrático que o Finame (BNDES), que exige extensa documentação do comprador e é mais difícil de aprovar.



Vendas positivas de veículos em janeiro reforçam projeção da Fenabrave para 2019

06/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 05-02-2019)



Após registrar o melhor janeiro desde 2015, concessionários apostam em mais um ano de crescimento

A Fenabrave confirma a consolidação do crescimento do mercado de **veículos**, que começa o ano em alta: dados divulgados na terça-feira, 5, pela entidade que representa o setor de distribuição mostram que as **vendas** de janeiro superaram em 8,7% o volume registrado em mesmo mês do ano passado ao atingir as 190,7 mil unidades, considerando apenas o segmento leve, que inclui automóveis e comerciais leves. Este foi o melhor volume de vendas para janeiro desde 2015, quando o setor emplacou 243,8 mil veículos leves.

“O desempenho positivo já no começo do ano fortalece as nossas projeções para 2019”, declarou o presidente da entidade, Alarico Assumpção Junior, durante a apresentação do balanço do mês a um grupo de jornalistas em São Paulo. “Apesar de ainda termos uma base baixa, é muito bem vinda a retomada do crescimento”, completa.

Embora janeiro tenha começado com o pé direito, seus resultados na comparação com dezembro revelam queda de 15,2% sobre dezembro de 2018, o que segundo o executivo, é um movimento esperado devido à sazonalidade do período.

Na passagem de um mês para o outro, a média diária de vendas caiu 26,7%, passando de 11 mil unidades vendidas em cada um dos 19 dias úteis de dezembro para pouco mais de 8,6 mil unidades nos 22 dias úteis de janeiro.

“A queda da média diária é mais um elemento que evidencia a sazonalidade: enquanto dezembro é beneficiado pelo efeito das compras e festas de fim de ano, impulsionados pelo crédito adicional das famílias com o 13º salário, em janeiro há um acúmulo de despesas, como IPTU e contas escolares, por exemplo, o que diminui o movimento nas concessionárias”, comenta Assumpção.

Da mesma forma, o estoque de veículos sofreu os efeitos sazonais fechando janeiro em 195 mil unidades, equivalentes a 27 dias de vendas. Em dezembro, esse número era de 192 mil veículos, correspondentes a 25 dias.

O desempenho do mercado verificado em janeiro reforçou o que a Fenabreve prevê para o ano, indica o executivo. No início do mês passado, ao apresentar o balanço de 2018, a entidade divulgou sua primeira projeção para 2019, que costuma ser revisada a cada trimestre.

Na previsão, a entidade espera vender 2,74 milhões de automóveis e comerciais leves, o que se for confirmado, corresponderá a um crescimento de 11% sobre os 2,47 milhões emplacados em 2018.

MACROECONOMIA E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR

Segundo a Fenabreve, alguns fatores ainda continuarão exercendo forte influência no desempenho do setor, o que vai ajudar a alcançar o volume previsto para o ano. Segundo Assumpção, é clara a melhora do índice de confiança do consumidor, reflexo dos juros baixos, que de acordo com previsões da entidade, devem se manter estáveis em 2019.

“O índice de aprovação dos financiamentos melhorou significativamente: até um passado recente, a taxa de aprovação era de três para cada dez pedidos nos bancos; hoje esse número dobrou, para mais de seis a cada dez”, revela o presidente da Fenabreve.

Segundo Alarico, a tendência de crescimento continuará em 2019 e também muito atrelada ao PIB, que para a entidade, deve ficar em 2,3% este ano.

A inadimplência também é citada: dados mais recentes do Banco Central mostram que no setor de veículos, o índice alcançou seu menor nível para pessoa física, passando de 3,36% em novembro para 3,34% em dezembro.

Para pessoas jurídicas, o índice recuou de 1,17% para 1,13%. “Pode parecer pouco, mas isso representa 34 milhões de inadimplentes no mês em pessoas físicas e 16 milhões em pessoas jurídicas”, completa Alarico.

Para a entidade, a inflação também se manterá dentro da meta, entre 3,5% e 4,25%.

“Para que tenhamos continuidade de crescimento para 2020, será necessário a aprovação da reforma da previdência, com isso, o PIB pode crescer até 3% no ano, sem a reforma, o crescimento será baixo”, prevê.

Alarico comenta ainda sobre outros fatores mais específicos do setor de veículos, como a vendas diretas - que são negociadas entre clientes e montadoras, sem o intermediário da concessionária.

Dados da Fenabrave mostram que em janeiro, 63% das vendas foram no varejo (via concessionárias) e 36% foram vendas diretas, uma queda de 4 pontos percentuais na comparação com dezembro, quando as vendas diretas representaram 42% e o varejo, 58%. “Acreditamos que essa tendência de queda possivelmente poderá ser mantida e em 2019 deve ficar em 30%”, diz Assumpção.

O aumento do ICMS anunciado por alguns estados (Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Paraíba, por enquanto) também podem impactar o mercado regional: “O efeito disso será o oposto ao desejado pelos estados, porque impactará no preço final e o consumidor sairá como o grande prejudicado. Pode causar queda nas vendas e, conseqüentemente, menor arrecadação”, alertou.

Usados: vendas ficam estáveis em janeiro

06/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 05-02-2019)

Dados da Fenabrave apontam leve crescimento de 0,75% sobre mesmo mês de 2018

Diferente do mercado de **veículos** novos, o de **usados** segue arrefecido: em janeiro, as vendas do segmento ficaram praticamente estáveis ao registrar leve crescimento de 0,75% sobre igual mês do ano passado. Dados reunidos pela Fenabrave apontam que pouco mais de 905,1 mil unidades trocaram de dono. O volume considera a soma de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus.

O segmento leve, que reúne automóveis e comerciais leves, apresentou volume apenas 0,56% superior ao de janeiro do ano passado, com 874,5 mil unidades. Deste total, 763,7 mil são automóveis, alta de 0,66%, e 110,7 mil comerciais leves, queda de 0,16%.

Já nos pesados, as vendas de usados totalizaram 30,6 mil unidades em janeiro, aumento de 6,5% no comparativo anual. Enquanto as transferências de caminhões usados aumentaram 4,5%, para pouco mais de 26,2 mil, as de ônibus saltaram 20,5%, a maior alta entre todos os segmentos, para 4,3 mil.

Na comparação de janeiro com dezembro, houve queda generalizada, exceto para chassis de ônibus, cujas transferências aumentaram 13,4%.

Ainda de acordo com os números da entidade, a proporção de vendas com relação aos novos ficou da seguinte forma em janeiro: foram vendidos 4,6 veículos leves usados para cada novo emplacado no período; nos pesados, a proporção é de 3,4. No geral, para cada veículo novo vendido em janeiro, o mercado de usados transferiu 4,5.

Emplacamentos de veículos pesados avançam 58% em janeiro

06/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 05-02-2019)

Para Fenabrave, segmento consolida crescimento apesar da base baixa

Assim como o segmento de **veículos** leves registrou crescimento das vendas em janeiro, o setor de **pesados** também começou o ano com desempenho positivo: no

primeiro mês de 2019, os emplacamentos de caminhões e ônibus superaram as 9 mil unidades, aumento de 58,4% sobre igual mês do ano passado, quando o mercado consumiu 5,7 mil unidades. Os dados foram divulgados na terça-feira, 5, pela Fenabreve, entidade que reúne os concessionários.

Por causa da sazonalidade, o volume de janeiro foi 5,3% menor que o de dezembro, embora somente os caminhões tenham registrado queda de 8,8%, para 6,9 mil unidades, na passagem de um mês para outro. Enquanto isso, as vendas de ônibus subiram 8,4% na mesma base de comparação, ao atingir as 2,1 mil unidades.

O efeito sazonal também foi o motivo para a queda da média diária das vendas de pesados, cujo resultado de janeiro foi 18% menor que o de dezembro. Com 19 dias úteis, foram emplacados 502 veículos em dezembro, enquanto janeiro fechou com 411 unidades em cada um dos 22 dias úteis.

“Ainda que sobre uma base muito baixa [de comparação], o segmento pesado consolidou seu crescimento”, disse o vice-presidente da Fenabreve para caminhões, ônibus e implementos, Sérgio Zonta.



Este início de ano também foi marcado pela maior venda dos modelos pesados, ainda fortemente impulsionados pelo agronegócio. Além disso, a maior facilidade para obtenção de crédito continuam elevando os volumes do segmento.

Segundo Zonta, os níveis de financiamento devem continuar em alta este ano, especialmente pela oferta do CDC (crédito direto ao consumidor), que ficou mais desde o início do ano passado em comparação ao Finame, linha de financiamento para bens de capital do BNDES.

Em termos de taxa, enquanto o Finame está em 1,14% a.m. com taxa variável, o CDC é negociado a 0,99% a.m. com taxa fixa e menor burocracia para a documentação.

“Em um passado não muito distante, o Finame já respondeu por 80% dos financiamentos de caminhões, mas fechou 2018 com participação de 50%. Temos ouvido de bancos de montadoras que em janeiro o CDC já está um pouco acima dos 50% e em 2019 a modalidade com certeza vai superar o Finame”, explica Zonta.

O executivo comenta ainda sobre o aumento de 47% do número de empresas interessadas em adquirir sua frota própria, a maioria com atividades no agronegócio, a fim de escapar da dependência de frotistas e autônomos atrelados à tabela de frete.

O movimento começou a ser observado após a greve dos caminhoneiros, no fim de maio do ano passado.

Somados os fatores, a Fenabreve prevê que as vendas de caminhões neste ano devem crescer 15,4%, conforme projeção de mercado divulgado no início de janeiro, para um total de 88,2 mil unidades.

Para o segmento de ônibus, os concessionários esperam volume 17,9% maior, para 22,5 mil unidades.

Motos voltam a superar 90 mil unidades após 33 meses

06/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 05-02-2019)



A venda de **motos** começou o ano embalada com 90,7 mil unidades. O setor não superava as 90 mil unidades mensais havia 33 meses. A última vez que isso ocorreu foi em abril de 2016, que teve 93,5 mil motocicletas emplacadas. Este começo de 2019 resultou em alta de 17,8% sobre janeiro do ano passado e foi 7,9% melhor que dezembro de 2018.

A média diária de vendas neste início de 2019 foi de 4,1 mil unidades, superando aquela observada em quase todo o segundo semestre do ano passado, por volta de 3,8 mil unidades. Os números foram divulgados pela Fenabreve, federação que reúne as associações de concessionários.

De acordo com o vice-presidente do segmento de motos da Fenabreve, a recuperação das vendas decorre do aumento da confiança do consumidor e também do aumento da aprovação das propostas de financiamento, cujo índice girava em torno de 30% em outubro e chegou a 40% neste começo de ano. Isso leva a entidade a confirmar sua estimativa de mais de 1 milhão de motos emplacadas e alta de 7,3% sobre 2018.

Quase todas as marcas tradicionais do segmento registraram crescimento em janeiro sobre o mesmo mês do ano passado. A Honda anotou 71 mil unidades e alta de 15,3%. A Yamaha, vice-líder, cresceu 12,9% com 11,8 mil motos emplacadas no mês sobre igual período do ano passado.

A Shineray deu um salto de 128%, com 2,1 mil unidades. A marca recuperou o terceiro lugar em emplacamentos no fim de 2018 e se manteve na posição neste início de ano. A Suzuki foi a única entre as de maior volume a recuar em janeiro. Teve 323 unidades emplacadas, 20% a menos que em janeiro do ano passado. Isso ocorre porque a Suzuki só manteve o scooter Burgman 125 como produto de baixa cilindrada.

No entanto, o grupo responsável pela montagem e distribuição da Suzuki passou a produzir e revender a partir de 2017 (por intermédio da empresa JTZ e não da J.Toledo) os modelos Haojue e Kymco, que somaram neste começo de ano 1.275 licenciamentos, 130% a mais que em janeiro do ano passado.

A BMW emplacou 763 motos em janeiro e cresceu 70,3%. A lista segue com Harley-Davidson (492 unidades, +20%); Kawasaki (562, +45,6%); Dafra (460, +63,1%); e Triumph (344, +14,3%).